



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**S. EXA. EMÍLIA PIRES**  
**Ministra das Finanças**  
Timor-Leste

# **Os ODMs E O NEXO DA CRISE**

Acra, Gana  
19 de Julho de 2010

- ☐ Conforme entregue
- ☒ Final
- ☐ Rascunho

Obrigada por me convidardes para estar aqui esta manhã e me poder dirigir a vós.

Hoje incidirei sobre os ODMs, o nexo do conflito e aquelas que considero serem algumas das razões pelas quais estados frágeis e em situação de pós-conflito continuam a ficar aquém da concretização dos ODMs.

De acordo com o Banco Mundial, a fragilidade e o conflito afectam 45 países. Os estados frágeis representam um terço da pobreza extrema em todo o mundo, com uma taxa média de pobreza de 54%. Em média estes estados têm mais 50% de má nutrição, 20% de mortalidade infantil e 18% de insucesso no ensino primário que a média dos países com baixos rendimentos.

Sabemos também que as acções e reacções globais ao longo da última meia década vieram agravar estas condições, em vez de as aliviarem.

Na última primavera, o Comité de Desenvolvimento Conjunto do FMI e do Banco Mundial afirmou que a crise financeira global deixou uma ‘calamidade humana e de desenvolvimento’, sendo estimado que até ao final do presente ano de 2010 mais 90 milhões de pessoas sejam atiradas para uma situação de pobreza extrema – o que coloca a nossa capacidade para reduzir a pobreza até 2015 “cada vez mais em risco”.

Senhoras e senhores,

Estima-se que os conflitos e as crises custem à comunidade global cerca de 100 mil milhões de dólares por ano.

A crise financeira global, à semelhança de qualquer crise, foi inesperada e deixou os mais fracos mais vulneráveis. O mundo necessitou de respostas rápidas e imediatas, soluções a curto prazo e reformas políticas a longo prazo. Porém tudo isto não é muito diferente da forma como os estados frágeis e em situação de conflito têm vindo a responder às crises desde há décadas. Tal como afirmei quando a Crise Financeira Global se fez sentir, Timor-Leste tem estado em recessão há 400 anos.

Se considerarmos que 40% dos países em situação de pós-conflito regressam ao conflito no prazo de dez anos, temos que o ciclo de conflito e instabilidade anula os esforços monumentais feitos por países parceiros e governos na tentativa de melhorar as vidas dos cidadãos sacrificados pela guerra, pela pobreza e por um maior sofrimento humano.

Assim sendo todos entendemos bem a urgência de abordar os problemas mais vitais articulados nos ODMs, especialmente no que diz respeito a estados e regiões frágeis e afectados por conflitos. Esta é uma das razões pelas quais se estabeleceu o Diálogo Internacional sobre Construção de Paz e Construção de Estados, de modo a determinar as melhores respostas base para acelerar a concretização dos ODMs.

Não há dúvidas de que em face dos indicadores e desafios globais mais recentes, estas regiões apresentam um conjunto único de adversidades, descrito por Robert Zoellick como **“o maior desafio de desenvolvimento da nossa era”**.

É agora a altura de renovar a nossa abordagem.

Quando olhamos para os desafios que se deparam a regiões frágeis e afectadas por conflitos, colocaria as mesmas questões que temos colocado a nós próprios em Timor-Leste.

Será possível desfazer em quinze anos aquilo que por vezes demorou décadas ou mesmo séculos a criar?

Mesmo se nós, enquanto Governo, em colaboração com agentes internacionais, fôssemos capazes de criar um ambiente acelerado de prestação de serviços, responsabilização, resolução de conflitos, igualdade para todos e serviços de saúde e ensino público muito mais eficazes, será que levámos em conta o processo de reeducação para alterar as tradições, costumes, práticas e sistemas de valores, que em alguns casos passaram de geração para geração, e que precisam ser mudados para que seja possível obter resultados positivos ao nível dos ODMs?

Foram estas questões que considerámos aquando da consideração da expressão “concretização dos ODMs” no contexto de Timor-Leste.

Já no presente ano, Timor-Leste começou a utilizar a frase “passando da fragilidade para a agilidade”. Começámos a usar esta frase quando percebemos que a resposta para ambas estas questões era “Sim, é possível”, embora suponha que podemos dizer que aprendemos esta lição por omissão.

Timor-Leste é relativamente novo no mundo, tendo adquirido a independência plena somente em 2002, e é muito novo no ciclo dos ODMs, especialmente dado que o ano de 1990 é considerado a base contra a qual se mede o progresso.

Assim sendo, e no que diz respeito aos ODMs, podemos considerar que Timor-Leste é um milagre, já que sendo nós um dos países mais jovens e mais pobres provavelmente muitos esperariam que fôssemos um dos países com menos probabilidades de demonstrar sucesso.

Senhoras e senhores,

Após 400 anos de ocupação e 24 anos de guerra, em 1999 estivemos à beira da destruição. 70% das infra-estruturas do país foram arrasadas, incluindo casas, instalações de saúde, sistemas de irrigação e abastecimentos de água. Quatro em cada cinco escolas foram demolidas. Éramos uma nação profundamente traumatizada.

Contudo, um ano mais tarde, sob a Administração Transitória das Nações Unidas, Timor-Leste levou a cabo uma consulta nacional com vista a produzir um documento orientador intitulado Visão 2020, o qual formou a base do primeiro plano estratégico de desenvolvimento nacional.

Este foi um processo que abrangeu todo o país, envolvendo 980 consultas comunitárias nas 498 aldeias. Foi igualmente um processo que tive a honra e o orgulho de liderar.

Na Visão 2020 foi dito:

*“Pela primeira vez na **nossa** história foi-nos dada a oportunidade de expressar a **nossa** visão e as **nossas** prioridades, contribuindo para a tomada de decisões políticas sobre o desenvolvimento futuro do **nosso** país. O resultado é tocante e poderoso.”*

Tanto então como agora, a palavra-chave é **NOSSO!**

Antes de iniciarmos estas consultas eu desconhecia exactamente quão poderoso e significativo este processo viria a ser. O nosso povo nunca tinha ouvido falar de um O-D-M!

Porém todos os seus desejos, esperanças e sonhos articularam-se exactamente nestes mesmos objectivos, e num sentimento profundo de como os poderíamos concretizar – através da reconstrução, da reconciliação, da recuperação e da unidade.

Foi isto que aprendi – a vitalidade do espírito humano.

Temos assim que os ODMs não são proposições complexas do ponto de vista humano – não ser pobre ou ter fome, ser instruído e ter um emprego remunerado, ser tratado com consideração independentemente do género, raça ou crédito, ser saudável e evitar a doença e em última instância a morte através do acesso a instalações de saúde, ter comunidades sustentáveis num ambiente cuidado e ter os nossos cidadãos a tornarem-se participantes globais responsáveis num mundo em constante evolução e com novos desafios.

Estas são as reflexões e aspirações básicas da humanidade em todos os locais do globo, independentemente dos ODMs.

Não obstante isto, passados sete anos e oito mil milhões de dólares de assistência internacional, a pobreza em Timor-Leste tinha aumentado para o dobro. A cada dois anos desde a independência Timor-Leste passou por uma crise, e cada crise instalou mais confusão, medo e desconfiança nas nossas comunidades.

Estas crises atingiram o seu ponto mais alto em 2006.

Em princípios de 2007, 15% da nossa população tinha-se deslocado para 65 campos de refugiados em redor de Díli, tendo sido destruídas mais 6000 casas e edifícios. As crises tinham acentuado as divisões regionais, a economia tinha entrado em recessão, o desemprego estava no auge, as obras capitais tinham sido interrompidas e o país estava a atrofiar.

A estabilidade estava em risco como resultado das disputas entre a polícia e o exército, havendo também a ameaça de grupos rebeldes armados que impediam os cidadãos timorenses de construírem modos de vida sólidos e seguros.

Com poucos programas de assistência social para aliviar a pobreza, a insegurança alimentar era agravada por uma baixa produtividade e por reservas de importações demasiado baixas para o consumo nacional, o que provocou motins.

A falta de um sector privado viável ou de programas de obras públicas resultou em poucas oportunidades de emprego. Timor-Leste era visto como estando no caminho para se tornar um Estado falhado e como estando mais longe que nunca de poder atingir os ODMs.

Para onde foi este dinheiro? O nosso Presidente da República costuma dizer que foram gastos oito milhões de dólares com Timor, mas não em Timor. Tivemos muitos assessores técnicos de vários países e diferentes cenários culturais, os quais sugeriam diversas abordagens económicas, algumas conservadoras e outras bem menos adversas a riscos.

Tivemos tantos assessores que acumulámos cerca de 3.600 ‘relatórios’ de parceiros de desenvolvimento, instituições internacionais de ajuda e organizações em todos os aspectos da construção nacional e construção de estados. A maior parte destes relatórios foi feita na perspectiva de comparação com nações desenvolvidas ou com outras nações em vias de desenvolvimento.

Tivemos muitas opiniões, conclusões e conselhos divergentes, todavia nenhum foi capaz de prever a morte lenta de uma nova nação e o que o meu Governo haveria de herdar em Agosto de 2007.

Porquê? Porque **não assumimos a liderança do processo enquanto nação!**

Assim, e apesar dos melhores esforços de Governos timorenses congruentes e de uma comunidade internacional prestável, os desafios que dificultaram o percurso de situação de conflito para situação de pós-conflito continuaram a impedir o desenvolvimento nacional com perturbações civis, pobreza e recessão económica.

Já disse por diversas vezes que **não é possível construir uma nação com base nas políticas de outra.**

Uma nação precisa emergir de um caminho distintamente individual que resulte de um entendimento sem obstáculos do contexto histórico e cultural, das complexidades regionais e linguísticas, das diversidades e divisões sociais e políticas e – no caso de Timor-Leste e de outros países frágeis e afectados por conflitos – **da mentalidade colectiva que resistiu ao medo, aos traumas, à deslocação, à desassociação, à pobreza, ao conflito e à brutalidade.**

Isto não é algo que a teoria possa ensinar, que os analistas possam prever ou sobre a qual os doutores possam ter autoridade. **É algo que precisa ser vivido e aprendido.**

Para construir uma nação e para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, que são únicos para cada país e que podem conduzir de novo ao conflito, o país deve definir o seu percurso individual e os agentes internacionais devem trabalhar em harmonia com este percurso.

Só desta forma é possível para um país adquirir o verdadeiro significado de soberania. **Isto não começa com a priorização dos ODMs, mas sim com a priorização da construção de paz e da construção de estados no contexto local, de modo a que as metas articuladas nos ODMs possam ser concretizadas.**

As metas a longo prazo dos agentes internacionais não podem substituir o carácter imediato das respostas urgentes. Os governos de estados frágeis e afectados por conflitos devem assumir as exigências imediatas que ameaçam a estabilidade nacional antes de abordarem as visões a longo prazo.

Nós, como Governo, muitas vezes temos de avançar rapidamente, agir e ser apoiados pelos parceiros internacionais. Não é possível haver planeamento a longo prazo sem primeiro se estabelecer um clima de paz, estabilidade e segurança.

Para Timor-Leste, o Governo prometeu uma nova direcção com uma visão profundamente enraizada numa abordagem nacionalista à construção de estado, com um entendimento sem restrições da priorização da experiência timorense em primeiro lugar.

O Governo compreendeu que não existia um modelo a ser aplicado para garantir um estado bem-sucedido, nem tão-pouco uma modalidade aplicável para resolver os desafios que se deparavam à nação.

A partir daqui adoptámos algumas verdades básicas inalienáveis; **que** baixos níveis de despesa pública haviam imobilizado o país; **que** a pobreza não poderia continuar a ser aceite como parte do ‘desenvolvimento sustentável’; **que** a diversidade política tinha de substituir um sistema autocrático que havia polarizado as comunidades; **que** o crescimento económico dependia do estabelecimento da paz e que **por sua vez** a paz podia solidificar o crescimento económico e evitar mais perturbações sociais.

O sucesso será medido pelo estabelecimento de um Governo mais eficiente, por uma descentralização fiscal e administrativa e por uma maior distribuição do processo decisório e da responsabilização a ministérios operacionais e comunidades locais. Para que tudo isto funcione é necessário que sejam estabelecidas instituições fiscalizadoras.

O Governo iniciou o seu mandato com o estabelecimento de prioridades nacionais apoiadas por novas leis, políticas sociais e fiscais fortes e planos de acção anuais. Dispusemo-nos a redefinir o conceito de “desenvolvimento sustentável” e a substituí-lo por “desenvolvimento acelerado”, visto considerarmos este último como essencial para pôr fim ao ciclo de conflito que vínhamos a enfrentar desde a independência.

O foco sobre a eficácia da ajuda encorajou a harmonização dos programas do Governo por via do estabelecimento do nosso processo de Prioridades Nacionais, o qual ofereceu um quadro para integração e coerência ao nível das políticas e da programação, tanto para o Governo como para os parceiros de desenvolvimento.

Em 2010 o Governo chegou ao ponto intercalar, tendo estabelecido e implementado políticas que iriam definir um percurso claramente individual. Este percurso foi por vezes elogiado, por vezes pouco convencional e por vezes controverso, mas foi sempre timorense.

A abordagem foi bem acolhida porque partia de timorenses que entendiam bem as necessidades da nossa nação.

Passados três anos, a paz e a estabilidade foram restabelecidas e mantidas. Conseguimos realojar 150.000 deslocados internos em menos de dois anos, ainda que todos nos dissessem que isto não seria possível em menos de uma década. Mas nós sabíamos que não dispúnhamos de 10 anos!

As ameaças de segurança foram resolvidas sem mais violência. Pagámos as primeiras pensões aos idosos, veteranos e deficientes. A execução orçamental triplicou, e mesmo perante a crise financeira global Timor-Leste conseguiu três anos de crescimento médio com dois dígitos, tendo ficado classificado entre as 10 economias com maior crescimento em todo o mundo durante dois anos seguidos.

A nossa atenção passou agora das soluções a curto prazo para prioridades a longo prazo em áreas tais como a saúde, a educação, a segurança alimentar, a justiça e o equilíbrio regional. O primeiro conjunto de dados que começa a surgir dos últimos três anos de trabalho árduo mostra que as nossas acções de construção de paz e construção de estado a curto prazo conseguiram resultados nestas áreas tão vitais para a concretização dos ODMs.

Quero ser bem clara neste aspecto.

Quando triplicámos o Orçamento do Estado, foi-nos dito por alguns agentes internacionais que o nível de despesa não era sustentável. A estes respondi que **o que não era sustentável era a pobreza.**

Quando pagámos pensões aos idosos, aos veteranos e aos deficientes, foi-nos dito que estávamos a criar uma mentalidade de dependência. A estes perguntei se uma assistência social humana não fazia parte de qualquer democracia saudável e funcional.

O que quero dizer é que os pareceres vinham de uma perspectiva externa, não de uma perspectiva interna. Os pareceres não nos estavam a ajudar nas nossas decisões. Procuravam sim impor opiniões ou sistemas de valores estrangeiros que sabíamos não serem os indicados para o nosso povo.

Todavia soubemos manter o nosso foco, e com isso concretizámos os nossos objectivos no que se refere à manutenção da paz e da segurança, à melhoria das condições para os nossos cidadãos, à melhoria da prestação de serviços e da execução orçamental, ao estabelecimento de iniciativas valiosas tais como a Comissão Anti-Corrupção e a Comissão da Função Pública, e à construção de infra-estruturas incluindo escolas e serviços de saúde.

O contexto do país é o pilar da construção da paz e da construção do estado. Só reconhecendo isto será possível atingirmos os ODMs, uma vez que estes são executados no nosso mundo, na nossa esfera de compreensão e segundo os nossos termos.

Para isto é essencial que o diálogo internacional garanta que os agentes internacionais apoiam o contexto do país e privilegiam a manutenção da paz e da estabilidade, já que sem elas não é possível conseguir-se desenvolvimento significativo e a longo prazo.

Por fim, não podemos esperar tanto tempo para reconhecer o insucesso. Há vidas humanas em jogo e **precisamos conhecer a situação actual em tempo real**. Vou falar-vos das minhas frustrações recentes com a nossa experiência relativa aos ODMs.

Suponho que a regra geral é que na ausência de dados recentes usam-se os últimos dados disponíveis. Acontece que num país como Timor-Leste estes dados podem ter já seis anos.

Por exemplo, o relatório “Concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio numa Era de Incerteza Global: Relatório Regional Ásia-Pacífico de 2009/10”, emitido em Manila pelas Nações Unidas em 2010, foi avaliado usando dados de estudos conduzidos em 2001, 2002, 2003, 2004 e 2007.

Contudo estes relatórios não dizem ao leitor que estas estatísticas têm 9, 8 ou 4 anos – isto é prejudicial para todo o trabalho árduo que o nosso Governo desenvolveu em prol do nosso povo durante os últimos 3 anos.

Dado que o nosso país tem pouco mais de um milhão de pessoas, pergunto-me o que não estará a acontecer em países que têm populações de trinta e quarenta milhões de habitantes. Como podemos saber de facto em que situação nos encontramos ou o que não estamos a conseguir fazer, e como podemos analisar e ajustar políticas e práticas internacionais quando aceitamos este nível de recolha e análise de dados?

A recolha de dados dos ODMs precisa ser mais fácil, mais uniforme e mais directa. O reporte precisa também ser uniformizado, para que não possa constituir uma plataforma de politização ou manipulação. Este processo não deve carregar os nossos sistemas mas sim complementá-los, devendo a comunidade internacional ajudar as instituições frágeis a preparar estes indicadores de modo a que nós, estados frágeis, possamos saber em tempo real quais as políticas que estão a funcionar e quais as que estão a falhar.



Para tal precisamos de uma parceria harmonizada e efectiva entre Governo e parceiros de desenvolvimento.

Tendo dito isto, gostaria de destacar que a contribuição dos agentes internacionais é incontestável, especialmente em regiões frágeis e afectadas por conflitos – em alguns casos esta é a nossa primeira oportunidade para criarmos parcerias globais, e sabemos o quão importantes são as parcerias a longo prazo.

As parcerias a longo prazo podem ser fáceis ou acidentadas, mas em qualquer dos casos o diálogo é a via para melhores resultados.

É isto que espero que possamos conseguir juntos.

Obrigada.

**<FIM>**